

Coluna do Castello

Abrir espaços para a Constituinte

CÂMARA e Senado, quando funcionavam no Rio, ocupavam dois palácios cuja área conjunta era inferior a 100 mil metros quadrados. Hoje, em Brasília, essa área ocupada pelo Congresso Nacional dispõe de espaços calculáveis entre 350 e 400 mil metros quadrados, que abrigam mais ou menos o mesmo número de representantes, porém quatro ou cinco vezes a mais empregados. Ainda está em construção um novo anexo do Senado, de 14 andares, lá onde se erigiu como monumento à suntuosidade o auditório Petrônio Portela, no qual podem-se reunir mais de 2 mil pessoas.

Essa expansão física do Congresso deve-se em parte ao maior espaço disponível em Brasília, ao pequeno aumento do número de deputados, mas sobretudo ao desejo de sucessivas mesas diretoras de suprir a ausência de prerrogativa e de trabalho, expandindo o Palácio e gerando necessidade de novos empregos, com requintes de aparelhamento. Criou-se o Prodasem, na área da informática, expandiram-se dois serviços médicos, construiu-se uma gráfica que publica regularmente em plaquetes e livros a abundante oratória das duas casas.

Hoje ocupam esses espaços, que devem compor o maior palácio do mundo, 470 deputados, 69 senadores e 10 mil funcionários, na grande maioria ali enxertados sem concurso e para atender à expansão da renda familiar de parlamentares e outras personalidades que se distinguem na prefeitura dessa verdadeira cidade. Dos 10 mil servidores, 4 mil 600 estão na Câmara e 5 mil 400 estão no Senado, cujos reduzidos 69 membros parecem mais exigentes de assessorias ou de vagas para parentes, úteis para engordar orçamentos domésticos depois estabilizados pelos trens da alegria.

Há dois projetos ainda, um que reforma o plenário da Câmara a pretexto de abrir espaços para as sessões da Assembléia Constituinte, que soma as duas câmaras atuais. Outro para um terceiro plenário — belo projeto de Niemeyer simbolizando uma flor a brotar no jardim de acesso ao bloco central do edifício — para as reuniões do Congresso. No tempo em que foi concebido esse projeto, o Congresso, por força das posturas ditatoriais, reunia-se mais do que as duas casas legislativas a ponto de se achar natural construir luxuoso espaço para as sessões conjuntas.

Esses dois projetos estão relegados até a próxima crise institucional que reduza os poderes inerentes ao Poder Legislativo. A Constituinte não precisa de mais espaço do que o existente, pois a presunção é que seus membros venham inflamados de espírito público para construir uma Constituição que viabiliza instituições democráticas estáveis e duradouras com as quais podemos chegar ao terceiro milênio para o qual já trabalha o presidente José Sarney. O problema que existe é o de uma correta distribuição de espaços e funções, o que somente decorrerá de um entendimento dos partidos maiores de dar prioridade à Assembléia Constituinte, seja entregando a tarefa legislativa a uma comissão de 70 membros, como sugeriu o deputado Ulysses Guimarães, seja delegando poderes de legislar ao presidente da República pelo tempo em que durar a elaboração da Constituição, como ocorreu em 1946.

O funcionamento concomitante da Câmara, do Senado, do Congresso e da Assembléia Constituinte, integrados os dois últimos pelas mesmas pessoas, é algo impensável. Logo, algo que deve ser eliminado das cogitações e das preocupações dos políticos responsáveis. Durante os trabalhos da Constituinte, serão eles a parte essencial do Poder Legislativo e todas as facilidades devem-se criar para o pleno desempenho do mandato constituinte. O plenário da Câmara, no qual raramente se reúnem mais pessoas do que o número de cadeiras, é suficiente para as votações da matéria constitucional. A mesa da Constituinte deve ocupar as melhores salas, recolhendo-se a mesa da Câmara e do Senado a bons espaços existentes nos diversos blocos que compõem o complexo arquitetônico do Congresso.

Isso tudo, porém, é tarefa para ser definida em negociações interpartidárias que podem ocorrer desde já. Os grandes partidos ainda não se sensibilizaram para o assunto. Somente o presidente do PMDB tomou uma iniciativa que não gerou consequências. Ele propôs a criação da comissão legislativa para desafogar os trabalhos da Assembléia. Na realidade, a melhor solução seria o funcionamento exclusivo da Constituinte, ressaltado um dia da semana para estudo da legislação delegada ao presidente da República.

Trata-se, como se vê, de assunto prioritário a ser feito sem trens da alegria e sem novas euforias arquitetônicas. É uma questão de bom senso e de respeito ao eleitorado que está escolhendo sem muita convicção delegados para votar uma nova Constituição.

Carlos Castello Branco